

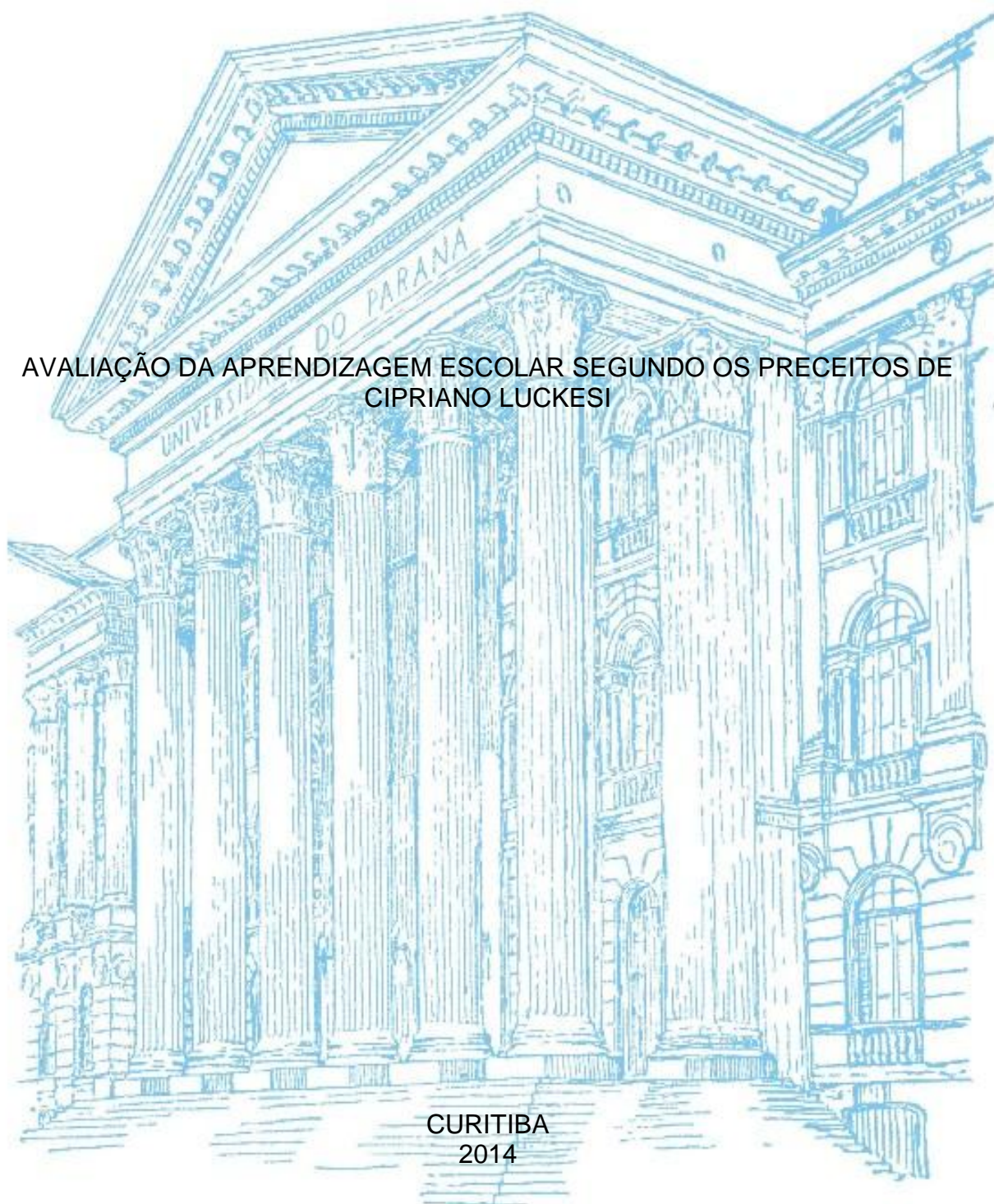
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

JOSIANE WOLF VEIGA DOS SANTOS

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR SEGUNDO OS PRECEITOS DE
CIPRIANO LUCKESI

CURITIBA
2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

JOSIANE WOLF VEIGA DOS SANTOS

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR SEGUNDO OS PRECEITOS DE
CIPRIANO LUCKESI

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Giselle Christina Corrêa

CURITIBA
2014

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR SEGUNDO OS PRECEITOS DE CIPRIANO LUCKESI.

Josiane Wolf Veiga dos Santos¹

Orientadora: Giselle Christina Corrêa²

RESUMO

O presente artigo busca uma compreensão sobre a concepção de avaliação escolar sobre os preceitos de Carlos Cipriano Luckesi. Será proposta uma reflexão de como vem ocorrendo a avaliação escolar na atualidade e como poderia acontecer esta avaliação segundo o ponto de vista do autor. A prática cotidiana como educadora, demonstra que existem dificuldades em avaliar, portanto a teoria e a prática sobre a avaliação escolar não caminham juntas. Isso é constatado não apenas em relação as ideias do autor neste trabalho, mas também sob o olhar de outros autores, os quais foram citados no desenvolvimento desta pesquisa. Sabe-se que a avaliação escolar passou por várias transformações durante os anos, mas que ainda é preciso muita reflexão e mudanças para chegar a uma avaliação justa coerente e diagnóstica como mostra as ideias fundamentadas em Luckesi. Para o autor a avaliação deve ser acolhedora no sentido de trazer a situação para o grupo de aprendizagem, procurando compreender e, refletir sobre qual a melhor maneira de se alcançar o objetivo buscando alternativas para que aconteça de fato o desenvolvimento para o ensino aprendizagem.

Palavras-Chave: Avaliação, Ensino, Aprendizagem.

¹ Formada em Pedagogia pela UFPR.

² Doutoranda em Políticas da Educação pela UFPR. Mestre em Educação pela UFPR (2009). Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico pela UFPR (2006). Licenciada em Ciências Biológicas pela UFPR (1999). Tutora em EAD pela UFPR. Atuou como professora da Educação Básica na rede municipal de Curitiba e estadual do Paraná por 15 anos. Atualmente pesquisadora do NuPE-UFPR (Núcleo de Políticas, Gestão e Financiamento da Educação da UFPR).

1 INTRODUÇÃO

O ato de avaliar é um exercício didático fundamental no trabalho do educador para que aconteça o processo de ensino-aprendizagem. Por meio dele é possível refletir, analisar e redirecionar os caminhos a serem percorridos tanto pelo aluno quanto pelo professor, proporcionando novas experiências a fim de que se alcance o objetivo esperado.

Porém, a avaliação é um tema polêmico, que ainda exige muita reflexão e mudanças. Embora, a concepção de avaliação tenha mudado ao longo dos anos, mostrando que deve ser contínua, processual, qualitativa e participativa, ainda temos o espectro da prova que mede a capacidade do aluno em um só diagnóstico, em um só momento, ficando em relacionamento hierárquico e de dominação do docente em relação ao aluno.

Quanto à conceituação de verificação e avaliação, pode-se dizer que avaliação na educação formal e no contexto escolar é um processo sistematizado objetivando resultados por meio de provas, testes entre outros, para medir a aprendizagem.

No que se refere à verificação no ato educativo é a averiguação da aprendizagem por meio de provas, apresentações, e outras formas metodológicas de verificar o aprendizado.

As observações demonstram que inúmeras escolas trabalham com a verificação e não avaliação, onde embora exista a investigação da verdade, análise e síntese dos dados, estes se delimitam ao objeto, encerrando-se no momento em que o objetivo ou ato possui uma determinada configuração, ou seja, na verificação o conteúdo analisado é certo ou errado, aprova ou reprova, incluindo ou excluindo o aluno. Não permite que o sujeito analise, reformule, retire novas e significativas experiências para o seu desenvolvimento.

Sabe-se da importância que se dá à prática da avaliação em sala de aula, da responsabilidade em avaliar a aprendizagem do educando, esta prática requer muita reflexão crítica e o condicionamento constante entre teoria e prática. Embora, seja uma situação evidente, percebe-se que há conflito entre o que se sabe sobre as concepções de avaliação e o que se pratica dentro de cada escola.

Como educadora, enfrento dificuldades com os métodos avaliativos e presencio docentes que sentem essa mesma problemática, tendo dificuldade em entender a concepção avaliativa. Mas a prática ainda tem obstáculos a serem superados. Existem alguns entraves na própria dinâmica da escola onde o processo de avaliação exige que o aluno obtenha uma nota para ser aprovado ao ano seguinte, assim certificando a aprendizagem. Outras dificuldades aparecem mesmo dentro da sala de aula como o grande número de alunos, dificultando ainda mais a relação aluno e professor, um fator muito comum ainda é quanto à falta da ruptura de paradigmas que alguns profissionais carregam ao longo dos anos em relação à prática avaliativa.

Nesse sentido, esse trabalho busca uma compreensão sobre a concepção de avaliação escolar sob o olhar de Carlos Cipriano Luckesi. Na qual, tem como objetivo a descrição da história da avaliação, a análise das concepções de avaliação da aprendizagem e a compreensão da avaliação, segundo os conceitos de Luckesi. A justificativa para a escolha do autor é devido a suas ideias consistentes e atuais e inovadoras sobre a avaliação, sendo o mesmo um autor consagrado em se tratando de avaliação na aprendizagem.

Assim, propondo reflexões sobre o ato avaliativo, seguindo uma determinada linha de pensamento a pesquisa bibliográfica consistirá em fichamento de leitura dos seguintes autores: Souza, Fetzner e Luckesi, incluindo alguns sites de procedência na internet e a busca por trabalhos relacionados à avaliação de aprendizagem como embasamento teórico.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A avaliação dos indivíduos acontece há muito tempo, em diferentes culturas, com propósitos e finalidades variadas, como uma atuação planejada e pensada pelo homem, nem sempre vinculada à escola, mas no dia a dia da ação humana.

Como, visto em uma rápida trajetória histórica descrita por Soeiro e Aveline (1982).

Desde os tempos primitivos, em algumas tribos, os jovens só passavam a ser considerados adultos após terem sido aprovados em uma prova referente aos seus usos e costumes. Há milênios atrás, chineses e gregos já criavam critérios para selecionar indivíduos para assumir determinados trabalhos. Na China, em 360 a.C devido a este sistema de exames, todos os cidadãos tinham a possibilidade de alcançar cargos de prestígio e poder. Na Grécia, Sócrates, sugeria a autoavaliação - O Conhece-te a ti mesmo - como requisito para chegar à verdade. (SOEIRO & AVELINE, 1982, p.10)

Contudo as formas de avaliar na instituição escolar iniciam-se no período medieval, mas ainda não fazia parte da cultura escolar e em todos os níveis de ensino, na qual era destinado a uma formação profissional específica.

Segundo, Soeiro e Aveline (1982), os autores afirmam que:

Outra forma de avaliação era realizada através de exercícios orais utilizados pelas universidades medievais e mais tarde pelos jesuítas. Na idade média, as universidades tinham como objetivo principal a formação de professores. Os alunos que completavam o bacharelado precisavam ser aprovados em um exame para poder ensinar e os mestres só recebiam o título de doutor se lessem publicamente o Livro das Sentenças de Pedro Lobardo ou posteriormente se defendessem tese. (SOEIRO & AVELINE, 1982, p.1)

A avaliação da aprendizagem na escola envolve outros métodos e objetivos, focando no sucesso ou fracasso dos alunos pelas classificações. O conhecimento que deveria ser o primordial na avaliação estruturada com outro foco e se estabelece arraigada com outras intenções, dentro da escola.

Nesse sentido, compreendemos por uma síntese histórica descrita por Soeiro e Aveline (1982) afirma que:

A avaliação começa a assumir uma forma mais estruturada apenas depois do século XVIII, onde começaram a serem formadas as primeiras escolas modernas, os livros passaram a serem acessíveis a todos e criaram-se as bibliotecas. Nesta época devido a utilização de exames como forma de avaliação, esta ficou associada à ideia de exames, notação e controle, constituindo dessa forma a área de estudos chamada docimologia (SOEIRO & AVELINE, 1982, p.1).

Portanto, a avaliação escolar segue algumas concepções que influenciam as legislações e que foram sendo transformadas ao longo do tempo, modificando as finalidades e o modo de avaliar

Historicamente, a avaliação surge no início do século XX com Robert Thorndike influenciando a época em 1930 nos Estados Unidos, a avaliação do desempenho dos indivíduos por meio de arguição oral, provas e trabalhos práticos.

Na qual, tinha o intuito de selecionar os alunos em condições de prosseguir com os estudos, tendo o princípio das inflexibilidades e o professor como o único responsável pelo processo.

De acordo com Souza (1990) afirma que:

Na década de 30, os estudos na área de avaliação passaram a incluir procedimentos mais abrangentes, ampliando a ideia de mensuração por meio de testes padronizados. Cabe destacar, dentre eles, o "Estudo de Oito Anos" - implementado por TYLER & SMITH -, que introduziu vários procedimentos de avaliação para coletar informações referentes ao desempenho dos alunos, durante o processo educacional, com vistas aos objetivos curriculares (SOUZA, 1990, p.107).

Em 1949, avaliação continuou sendo classificatória, por provas e exercícios, mas representada por quantidade e com princípios da objetividade, sem preocupação com questões de ensino, conflito e poder, verificando se o aluno alcançava os critérios educacionais. O autor Tyler, foi o estudioso dessa concepção de avaliação de aprendizagem e o proponente do termo "avaliação educacional".

De acordo com Souza (1990) que analisa:

A avaliação concebida por TYLER gradualmente se sistematizou, ganhando projeção com a publicação, em 1949, do trabalho intitulado *Basic principles of curriculum and instruction*. Nele, o autor expressa a concepção, bastante difundida entre nós, de avaliação por objetivos, que se caracteriza como procedimento que permite verificar se os objetivos educacionais estão sendo atingidos pelo programa de ensino. Tem, ainda, por finalidade fornecer informações sobre o desempenho dos alunos ante os objetivos esperados, que expressam as mudanças desejáveis nos padrões de comportamento (SOUZA, 1990, p.107).

O processo avaliativo a partir de 1971, tanto nos aspectos da legislação como em concepções, começa ter a finalidade de diagnóstico, controle e reformulação das propostas de ensino, visando outros métodos avaliativos e o apreender.

Ao decorrer da chamada profissionalização da avaliação que ocorreu de 1965 até o início da década de 80, vários autores deram nomes aos diferentes enfoques da avaliação, porém todos eles valorizavam os métodos qualitativos e tinham uma visão democrática da avaliação, levando em conta a participação e a negociação (SOEIRO & AVELINE, 1982, p.1).

Atualmente a verificação do rendimento escolar adota os critérios da "avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos

aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais” (LDBN nº 9394/96, artigo 12, inciso V). Como também, é expressa na lei a valorização da recuperação da aprendizagem, concedendo novas possibilidades ao estudante “prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento” (LDBN nº 9394/96, artigo 24, inciso V).

Assim, como na lei e nas práticas docentes a escola é responsável pelas ações pedagógicas que asseguram a aquisição da aprendizagem e não apenas lhe conceder o direito de fazer uma segunda prova e receber uma nota em troca.

De acordo com Souza, referente à avaliação ressalta que:

A finalidade classificatória se sobrepõe à de análise, reformulação ou redirecionamento do trabalho desenvolvido. Portanto, a avaliação tem servido, essencialmente, para julgar os alunos. E, procedendo a esse julgamento, abstraem-se das condições contextuais presentes, dentre as quais se destaca o desempenho dos outros agentes do processo pedagógico (1990, p.111).

Outra prática avaliativa frequente no ensino é controlar e adaptar o comportamento dos estudantes, atribuindo conceitos, notas e classificação conforme as condutas, relacionando a aprendizagem com o bom comportamento. Bem como a manifestação de poder do professor sobre o aluno, uma vez que este emite julgamento, ficando nítido a hierarquia e a exclusão da escola, além da consonância com as desigualdades sociais, existe a alienação dos estudantes, durante todo processo de ensino aprendizagem, na qual são expectadores da aprendizagem, não participam e não compreendem a avaliação do professor.

Segundo Souza (1990), afirma:

Sem desconsiderar a existência de causas exteriores, que condicionam as dificuldades e insucessos dos alunos, há na escola, por meio de mecanismos mais ou menos explícitos, uma prática discriminatória que acentua o processo seletivo e de manutenção da hierarquia social. Aí se situa o processo de avaliação da aprendizagem, que reflete e é um reflexo da dinâmica escolar (1990, p.112).

Nesse sentido, ao refletir sobre avaliação escolar, é necessário pensar sobre a concepção de ensino e sociedade, pois ideologias embutidas na escola e na sociedade também se caracterizam nos processos avaliativos, “legitimar a reprodução das hierarquias sociais, sob a aparente igualdade de oportunidades” (SOUZA, 1990, p.112).

Essa prática avaliativa deverá ser um diagnóstico, que trará o agir sobre os resultados, tanto de julgamento como novas intervenções que serão realizadas no ambiente escolar, tais como: “reorientações de percurso ao longo do ano (recuperações, aulas de apoio, etc.), reagrupamentos de classes (turmas de apoio, de progressão, classes especiais, etc.) e, até mesmo, e não pouco comum, a decisão acerca da reprovação escolar e suas implicações” (FETZNER, 2010, p.12).

Referente à avaliação, e a prática por meio de provas e testes, o autor ressalta que:

A avaliação é compreendida como produto, revelada ao final de uma verificação, tomada como medida de precisão e objetividade. As práticas dessa perspectiva se traduzem nas escolas pela primazia que os instrumentos de avaliação ganham, tal como as provas, os testes, cujos pontos, em seu somatório conferem uma pretensa legitimidade/cientificidade, quase inquestionável, àquela análise realizada. O produto das verificações é expresso em forma de notas que serão comunicadas nos boletins e históricos dos estudantes (FETZNER, 2010, p.14).

A avaliação deve ser questionada em relação à finalidade, às questões éticas envolvidas, à metodologia e aos sujeitos participantes dessa ação.

As práticas avaliativas são impregnadas de concepções que o homem tem de sociedade, de como quer formar os indivíduos, tendo o intuito de instruir para o mundo do trabalho, para uma sociedade de divisões de classes, ou formar para uma sociedade crítica e humanizada. Assim, segue o pensamento cartesiano no início do século XX e influencia os ideais pedagógicos (FERNANDES, 2010).

O pensamento sociológico de Karl Marx vem demonstrar que a sociedade está dividida entre duas classes sociais, em relação aos meios de produção, sendo a burguesia dona dos meios de produção, e os proletariados, que são a camada inferior da sociedade atual, são explorados pela burguesia. A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população, as quais submetem os trabalhadores (CALDAS, 2006, p.02).

Na percepção de Mattick, ao relatar o pensamento de Marx, ressalta que:

Segundo Marx, só é produtivo o trabalho que produz capital, sendo improdutivo o trabalho que se troca diretamente por lucro ou salário. O resultado do processo de produção capitalista o expõe, não é, portanto nem um simples produto (valor de uso), nem uma mercadoria, isto é, um valor de uso possuindo um determinado valor de troca (MATTICK, 2012, p.18).

Contudo, em se tratando do capitalismo, da força de trabalho, e a divisão de classe, Herrero (1996, p.20) ressalta que: “No capitalismo liberal, o caráter ideológico do intercâmbio de equivalentes consistia na institucionalização de uma relação de exploração de uma classe por outra a aparência de uma relação livre e justa.

Quanto à sociedade crítica e humanizada, pode-se perceber que alguns pensadores buscam mudança enquanto sociedade e educação, portanto para Zitzoski ao comentar sobre Paulo Freire relata que:

A originalidade de Freire está na superação de uma forma de pensar totalizadora da vida, pois ele busca construir crítica e criativamente novos elementos para conceber a vida humana em sociedade de modo radicalmente democrático e libertador ao elaborar uma nova visão epistemológica do conhecimento de forma dialógica, intersubjetiva e dialeticamente aberta para o dinamismo da vida, a diferença e o inédito viável, além de inspirar profundas inovações na visão política e ética dos problemas que desafiam o mundo atual (Zitzoski, 2005, p. 04).

Observando as conclusões do autor a respeito de Freire ao abordar com propriedade a sociedade, pode-se constatar que com criatividade, surgem novas possibilidades de avaliação diante de uma sociedade crítica e humanizada.

Portanto, uma prática crítica de avaliação prima pela subjetividade, estimando o indivíduo, pela democracia do processo, onde todos participam, todos sofrem as consequências dos resultados e valorizando a democratização do conhecimento.

Segundo Fetzner apud Ferreira et al (2010, p.21), destaca que:

Dimensão formativa da avaliação escolar implicaria práticas de diagnósticos construídos coletivamente (professoras/es e turma) sobre seus objetivos, progressos e dificuldades, tendo por finalidade indicar procedimentos, possibilidades de sucesso, percursos realizados e, principalmente, aperfeiçoar o processo de aprendizagem.

A prática avaliativa docente tem ocorrido no sentido de examinar se o educando alcançou a nota para a categorização, com medidas, transformando essas aferições em conceitos ou notas e conseqüentemente, atuando sobre esses resultados.

Segundo Luckesi (1990, p. 73) sobre as formas avaliativas analisa que:

No caso dos resultados da aprendizagem, os professores utilizam como padrão de medida o "acerto" de questão. E a medida dá-se com a contagem dos acertos do educando sobre um conteúdo, dentro de certo limite de

possibilidades, equivalente à quantidade de questões que possui o teste, prova ou trabalho dissertativo. Num teste com dez questões, por exemplo, o padrão de medida é o acerto, e a extensão máxima possível de acertos é dez. Em dez acertos possíveis, um aluno pode chegar ao limite máximo dos dez ou a quantidades menores.

A transformação de medida em conceitos acontece em aplicar os pontos ou notas em conceitos, siglas e termos. Na qual, os docentes têm seus critérios próprios, se baseando em suas próprias construções e momentos de avaliar o que o aluno aprendeu ou não.

Após essa aferição, o docente segue algumas ações, tais como: somente registrar no livro registro de classe, conversar com o educando sobre o resultado, possibilitar recuperações, retomar os conteúdos e seus objetivos, avaliar seu próprio trabalho e o da escola e aprovar ou reprovar.

Segundo Luckesi (1990, p.75) relativo à aprendizagem escolar afirma:

A aferição da aprendizagem escolar é utilizada, na quase totalidade das vezes, para classificar os alunos em aprovados ou reprovados. E nas ocasiões onde se possibilita uma revisão dos conteúdos, em si, não é para proceder a uma aprendizagem ainda não realizada ou ao aprofundamento de determinada aprendizagem, mas sim para "melhorar" a nota do educando e, por isso, aprová-lo

Esse agir sobre o resultado manifesta a concepção de avaliação que a escola, ou o educador, são adeptos. Pois, a avaliação que realiza simplesmente exames, somente julga se o educando alcançou ou não os objetivos propostos.

Já a avaliação da aprendizagem, pressupõe a necessidade da aprendizagem, retomando os conteúdos científicos, fazendo intervenções, indo além da constatação do fracasso, planejando e modificando os métodos de ensino caso seja necessário.

De acordo com Luckesi (1990, p. 80), no tocante a avaliação afirma:

A prática da avaliação da aprendizagem, em seu sentido pleno, só será possível na medida em que se estiver efetivamente interessado na aprendizagem do educando, ou seja, há que se estar interessado em que o educando aprenda aquilo que está sendo ensinado (LUCKESI, 1990, p.80).

Nesse sentido, Luckesi (1990) propõe práticas docentes que priorizem avaliação da aprendizagem, a importância ao que o aluno aprendeu quais os aspectos que devem ser retomados para o desenvolvimento e não ter como finalidade a classificação. Assim, o autor sugere:

Coletar, analisar e sintetizar, da forma mais objetiva possível, as manifestações das condutas cognitivas, afetivas, psicomotoras – dos educandos, produzindo uma configuração do efetivamente aprendido; atribuir uma qualidade a essa configuração da aprendizagem, a partir de um padrão (nível de expectativa) preestabelecido e admitido como válido pela comunidade dos educadores e especialistas dos conteúdos que estejam sendo trabalhados; a partir dessa qualificação, tomar uma decisão sobre as condutas docentes e discentes a serem seguidas, tendo em vista; - a reorientação imediata da aprendizagem, caso sua qualidade se mostre insatisfatória e o conteúdo, habilidade ou hábito, que esteja sendo ensinado e aprendido, seja efetivamente essencial para a formação do educando; encaminhamento dos educandos para passos subsequentes da aprendizagem, caso se considere que, qualitativamente, atingiram um nível da satisfação no que estava sendo trabalhado (LUCKESI, 1990, p, 77).

O autor também esclarece o que considera importante para uma avaliação da aprendizagem, sem priorizar a mudança metodológica de instrumentos. Mas, valoriza o que o docente faz com o resultado desses instrumentos, a concepção e o exercício de avaliação tanto do docente como da escola.

Importa observar, em primeiro lugar, que a questão central da prática da avaliação na escola não está nos instrumentos, mas sim na postura pedagógica e consequentemente na prática da avaliação. Por exemplo, é impossível praticar avaliação dentro de um projeto pedagógico tradicional, que espera que o educando “esteja sempre pronto”, daí as provas serem pontuais, como vimos anteriormente. Um projeto pedagógico que sustente uma prática de avaliação tem na sua base a crença de que o ser humano é um ser em desenvolvimento, um ser em construção permanente (LUCKESI, 1996, p.3).

A prática avaliativa deve ser entendida como uma construção coletiva, um ato pedagógico e político, que envolve reflexão, retomadas e humanização dos dados coletados. Assim, Luckesi (1996) afirma:

A avaliação é um ato subsidiário da obtenção de resultados os mais satisfatórios possíveis, portanto subsidiária de um processo, de um movimento construtivo. Portanto, é um instrumento de busca de construção, por isso funciona articulado com um projeto pedagógico que se assume, que se crê e se efetua construtivamente. (LUCKESI, 1996, p.3)

Nesse sentido, ter resultados insatisfatórios dos alunos, não se refere necessariamente que esse não teve bom rendimento, mas que o educador talvez precise rever seu trabalho, detectando os conteúdos que merecem enfoque diferenciado, pensar metodologias didáticas, mudar instrumentos de averiguação e se certificar se ocorreu aprendizagem.

De acordo com Luckesi (1996) o autor expõe:

Os denominados instrumentos de avaliação, para ser correto, deveriam ser chamados de instrumentos de coleta de dados para a avaliação, na medida em que testes, provas, redações, monografias, arguições, em si, não avaliam, mas sim coletam dados que descrevem o desempenho provisório do aluno, dando base para a sua qualificação diante de determinados critérios. Por exemplo, um teste não avalia um aluno, mas oferece dados sobre o seu desempenho. Esse desempenho que pode ser qualificado (avaliado), subsidiando uma tomada de decisão sobre o que fazer a partir dessa avaliação (1996, p.7).

Outro aspecto importante na avaliação da aprendizagem é a autoavaliação dos sujeitos no processo de ensino aprendizagem. Assim, possibilitando a reflexão do indivíduo consigo próprio e o diálogo do aluno com o educador.

Segundo Luckesi (1996, p.07) em relação a autoavaliação considera que:

A autoavaliação um recurso fundamental de crescimento para todo ser humano. Um sujeito que não tenha autocritica sobre si mesmo e suas ações nunca mudarão de posição. Todas as nossas condutas dependem de nossa autocritica. Nessa perspectiva a autoavaliação é ótima. Todavia, na escola, ainda estamos para criar a cultura da autoavaliação, na medida em que o que nossos alunos conhecem é uma hetero-avaliação, usualmente, acrescida de autoritarismo.

Entretanto, ter a prática de autoavaliação nas escolas, não é sinônimo que será uma avaliação coerente e o “remédio” para a problemática, pois, quando se tem concepções somente classificatórias, que responsabiliza o aluno pelo fracasso, poderemos ter avaliações de aprendizagem incoerente. “Uma autoavaliação do ponto de vista da aprendizagem escolar pode ser permissiva; nenhum aluno vai se auto-reprovar numa escola que está centrada na promoção; o mais comum é ele se autopromover” (LUCKESI, 1996, p.7).

A autoavaliação, é um exercício de conhecimento de si, de auto esclarecimento, da aprendizagem significativa do indivíduo. Igualmente, a crítica, o diálogo, a democracia e a mudança de concepções dentro da escola, se livrando da ideia que o educador é detentor do poder e conhecimento e o aluno o mero espectador e receptor da aprendizagem.

Segundo Luckesi (1996, p. 07), na relação professor aluno, afirma que:

O mais adequado para a escola hoje é uma experiência dialógica, onde educador e educando se relacionem na busca da melhor compreensão e da melhor apropriação do conhecimento e das habilidades necessárias com os

quais estão trabalhando. Sem que, com isso, esteja descartando a auto-avaliação, mesmo porque uma prática dialógica da avaliação depende da autocrítica permanente tanto do educador como do educando.

Portanto, Luckesi traz algumas propostas e enfatiza que o ensinar e aprender os conhecimentos de determinada área apenas em vista deles mesmos é muito pouco. Importa, por meio da prática educativa e pedagógica, oferecer condições ao educando para que se torne sujeito de si e do seu viver. Como também, o maior ato formativo na avaliação é a tomada de decisão que o educador terá a partir dos diagnósticos avaliativos.

3 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS

No decorrer da pesquisa, no debate teórico, observa-se que diversos autores tratam da avaliação, e especialmente Carlos Cipriano Luckesi. Na concepção de alguns autores o ato de avaliar existiu desde a antiguidade, ou seja, nos primórdios da civilização o homem tinha o hábito de avaliar.

Contudo criavam-se critérios de avaliação tais como: exercícios orais, exames e até mesmo a autoavaliação, o que difere da forma de avaliação já nos tempos antigos. Atualmente a avaliação de acordo com os autores mencionados na pesquisa aponta modos de avaliação, destacados por Luckesi.

Entretanto, no século XVIII, a avaliação tem sua estrutura definida, sofrendo algumas modificações não significativas e que ainda permeiam grande parte das escolas atuais. Na concepção de Robert Thorndike (SOUZA, 1990), tratava-se de avaliar os sujeitos por meio de provas, trabalhos e arguição oral. Nas décadas de 1930 e 1940 a avaliação segue o mesmo direcionamento, sobressaindo, o estudo de 08 anos e a forma classificatória segue através de provas e exercícios, observa-se que a mudança quase não ocorre, pois não havia a preocupação com o ensino aprendizagem.

Percebe-se que em 1971, os autores relatam que existiu a procura pelo diagnóstico e a reformulação das propostas de ensino, contudo, na década de 1990, precisamente com a LDB, (Lei de Diretrizes e Bases), nº 9394/96, artigo 24, inciso V

de e o norte dado pela Lei, propiciou-se avaliação contínua e cumulativa do aluno. Dando ênfase nos aspectos qualitativos, ocorrendo à valorização da aprendizagem.

Analisando a avaliação o autor Souza mencionado na pesquisa, ressalta que a avaliação continua a julgar o aluno, uma vez que na escola existe a discriminação que reforça a hierarquização social. Isto demonstra a necessidade de conscientização e mudança no ato de avaliar o educando, no âmbito escolar, para que não ocorra a legitimação da reprodução das hierarquias sociais (SOUZA, 1990).

Fetzner relata nitidamente sobre a eficácia do diagnóstico, na avaliação, enquanto outros autores retratam as práticas avaliativas coercitivas quando reproduzem a sociedade, no entanto Fetzner declara a necessidade de diagnósticos coletivos abordando os “objetivos, os progressos e dificuldades primando pela aprendizagem” (FETZNER, 2010, p.12-12).

Quanto ao autor Luckesi afirma: que a avaliação tem continuado na sequência das outras formas de avaliação, praticadas em décadas após décadas, pois continua aplicando-se provas, testes. No pensar de Luckesi a avaliação será efetiva e significativa quando priorizar a aprendizagem do educando, sem a preocupação em mensurar o quanto o educando aprendeu.

Portanto Luckesi propõem uma concepção diferente de avaliação, que prioriza o ensino-aprendizagem, e como avaliar a aprendizagem, como foi a assimilação do educando, valorizando as “manifestações das condutas cognitivas, afetivas, psicomotoras do educando” (LUCKES, 1990, p. 77), portanto a prática avaliativa deve ser uma construção participativa e coletiva, não apenas um ato isolado pedagógico e político.

A avaliação é um processo construtivo, onde o educador deve periodicamente rever seu trabalho, sua forma de ensinar, de avaliar o educando. Luckesi enfatiza a relevância da autoavaliação de todos que estão envolvidos no processo de ensino aprendizagem, pois na sua concepção autoavaliação faculta o aprendizado de quem está no papel de ensinar.

Observando o passado e o futuro, tem-se em comum na questão da avaliação, o significado e relevância do autoconhecimento e a autoavaliação preconizada por Luckesi, que propicia ao educador o ato de avaliar conscientemente, revendo sua maneira de avaliação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do trabalho, percebe-se que a avaliação faz parte da história da humanidade, na qual o homem sempre avaliou, tendo essa prática presente em várias culturas, épocas e com diferentes propósitos. Assim, podendo ser um rito social, uma formação, um teste, julgamento, constatação, um controle, diagnóstico, um instrumento, classificação e entre outros objetivos avaliativos.

As avaliações da aprendizagem estabelecidas na escola iniciam-se com experiências negativas, de exclusões, classificações e determinações de fracassos do aluno. Essa prática foi constituída e ainda permanece em muitas atuações docentes de forma autoritária, hierárquica e com anulação da participação da comunidade escolar.

No entanto, a avaliação escolar vai além de instrumentos, faz parte da concepção de mundo, educação, de homem e claramente é um ato político pedagógico. Na qual, o educar perpassa por controle de poder, de relações desiguais e pode descaracterizar sua principal função que é ensinar.

Considera-se esse tema tem ainda com muitas problemáticas e que deve ser palco de discussões nas formações, esclarecimento didático aos educadores, no planejamento escolar e na própria construção do projeto pedagógico de cada instituição.

Contudo se tratando de aprendizagem percebe-se que a avaliação ainda se encontra num processo quantitativo superior ao qualitativo, muitos paradigmas e mitos precisam ser derrubados. Existem limites impostos ao ato de avaliar, não só do ponto de vista de alguns educadores, mas nas metodologias utilizadas dentro das escolas e no próprio sistema de ensino, ações fragmentadas calcadas no início da história da educação.

Para uma avaliação de qualidade a escola precisa estar voltada para uma pedagogia que esteja voltada para uma transformação social e apesar das dificuldades encontradas e estudos que comprovam a necessidade de mudanças no processo de avaliação.

Sabe-se que é e imprescindível o desenvolvimento de uma avaliação coerente e acreditar que os empecilhos não podem tornar-se obstáculos insuperáveis, que a

avaliação é ampla, mas exige o “querer” fazer, é necessário comprometimento, responsabilidade e acima de tudo reflexão.

Portanto, todo o processo de ensino-aprendizagem deve ser prazeroso, permitindo novos caminhos e novas oportunidades para que se alcancem os objetivos propostos, um processo onde todos os envolvidos participem, expressando suas ideias e opiniões.

Nesse sentido, a avaliação é um aliado do conhecimento, retomando planejamentos, modificando métodos, ajustando as diversas alternativas de ensinar e avaliar, proporcionando vivências educativas tanto para o educador, quanto ao educando e desenvolvendo todas as capacidades do aluno, tornando o ensino mais digno e humano.

Portanto, Luckesi é um estudioso que traz grandes contribuições a esse tema, concebendo a avaliação de forma muito coerente, valorizando a ação do educador após a constatação dos diagnósticos e não somente os instrumentos.

A avaliação é um processo e não um instrumento, na qual o educador no primeiro instrumento avaliativo vai coletar dados para avaliação, que irão subsidiar a pré-observação da aprendizagem, que terão um resultado conforme seus padrões de expectativa de qualidade. O próximo passo é a tomada de decisão que o educador irá realizar enfrente o diagnóstico, assumindo uma posição negativa ou positiva, aceitando o erro, a classificação e a exclusão. Ou, pode tentar modificar os resultados, os encaminhamentos, tendo inconformidade, colocando todos os atores desse processo como responsáveis e se posicionando como sujeito de solidariedade.

Portanto, compreende-se que a tarefa de ensinar é árdua, exige muito trabalho, estudo, mudanças, construção e desconstrução diária da prática e de concepções. No entanto, encarar essa tarefa é tentar edificar uma escola que inclua, que seja humanizada, que dialogue com todos, permita a democracia e que se responsabilize pela aprendizagem dos educandos, isso decorrente de uma mudança nas práticas sociais.

Está pesquisa bibliográfica foi norteadada por meio de análises de autores que tratam do assunto, ocorrendo à fundamentação teórica do estudo. Onde a finalidade de aprender sobre o ato avaliativo foi essencial, procurou-se contribuir para que outros estudos sejam realizados, buscando propiciar novos debates e apresentações de ideias novas para construir uma avaliação que seja significativa.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394**, de 24 de dezembro de 1996.

CALDAS, FABIANO Ribeiro. **Sálário, Lucro e Divisão do Trabalho e Consciência de Classe**. Disponível em: < <http://www.atenas.edu.br> > Acesso em 22 de Jun 2014.

FETZNER, Andréa Rosana. **Perspectivas Críticas da Avaliação**. Série Avaliação: Um tema polêmico: 18-22. Ano XX, Boletim 18, Salto para o Futuro, novembro/2010.

HERRERO, Francisco Xavier. **J. Habermas**: Teoria Crítica da Sociedade. Disponível em: < <http://www.faje.edu.br> > Acesso em: 23 de Jun 2014.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**, 22. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

_____. **Gestão do Currículo. Verificação ou Avaliação: O Que Pratica a Escola?** São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação. São Paulo, 1990.

MATITICK, Paul. Divisão do Trabalho e Consciência de Classe. Disponível em: <<http://www.marxistas.org>> Acesso em 15 de Jun 2014.

SOEIRO, Leda. AVELINE, Suelly. **Avaliação Educacional**. Porto Alegre: Sulina, 1982.

SOUSA, Sandra M Z. **Avaliação da Aprendizagem**: Teoria, Legislação e Prática no Cotidiano de Escolas de 1º Grau. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação. 1990.

ZITKOSKI, Jaime José. **O Diálogo em Freire**: caminho de humanização. Disponível em: < www.ufpel.edu.br > Acesso em: 22 de Jun de 2014.